



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI COMPLEMENTAR Nº. 05 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARGO EFETIVO DE CONTROLADOR INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA A SER PROVIDO MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

HUGO CÉSAR LOURENÇO, PREFEITO MUNICIPAL DE RIFAINA NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a criar no quadro permanente da Municipalidade, o cargo público de controlador interno da Prefeitura Municipal de Rifaina, no regime estatutário a ser provido mediante concurso público, consoante quadro a seguir:

Quant.	Denominação Cargo	Remuneração Mensal	Carga Horária Semanal
01	Controlador Interno	R\$ 2.961,61	40 horas/semanais

Art. 2º As atribuições e o nível de escolaridade do cargo público descrito no artigo anterior são os constantes do Anexo I que fica fazendo parte integrante e indissociável da presente lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rifaina, 05 de dezembro de 2023


Hugo César Lourenço
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I

CARGO PÚBLICO: CONTROLADOR INTERNO

PROVIMENTO: CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL DE ESCOLARIDADE: GRADUAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR EM ÁREAS CORRELATAS À ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, DIREITO, GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E OU ECONOMIA.

Objetivo: As atribuições do cargo de controlador interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela Administração, para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento das determinações do art. 74 da Constituição Federal e no artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, competindo:

- I – verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do município, no mínimo uma vez por ano;
- II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
- IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- V – examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;
- VI – examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

- VII – exercer o controle sobre a execução da receita bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e fianças;
- VIII – exercer o controle sobre os créditos adicionais bem como a conta “restos a pagar” e “despesas de exercícios anteriores”;
- IX – acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios e examinando as despesas correspondentes, na forma do inciso V deste artigo.
- X- supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 101/2000, caso haja necessidade;
- XI – realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de Restos a Pagar, processados ou não;
- XII – realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrições impostas pela Lei Complementar nº 101/2000;
- XIII – controlar o alcance do atingimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal;
- XIV – acompanhar o atingimento dos índices fixados para a educação e a saúde, estabelecidos pelas Emendas Constitucionais nºs 14/1998 e 29/2000, respectivamente;
- XV – acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas dos Municípios, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta municipal, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo poder público municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada;
- XVI – verificar os atos de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas.
- XVII – realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações.
- XVIII – Outras atividades correlatas determinadas pela legislação.

Rifaina, 23 de novembro de 2023


Hugo César Lourenço

Prefeito Municipal